



CÂMARA DOS DEPUTADOS

Gabinete do Deputado Eduardo da Fonte

PROJETO DE LEI n.º , DE 2021

(Do Senhor Eduardo da Fonte)

Altera a Lei nº 8.213, de 24 de julho de 1991, para acrescentar dispositivo sobre os tipos de deficiência.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º. A Lei nº 8.213, de 24 de julho de 1991, passa a vigorar acrescida da seguinte redação:

“Art.

93

.....

§ 5º. *A contratação deve ser feita de forma a preencher as vagas destinadas às pessoas com deficiência mantendo a proporcionalidade com todos os tipos de deficiência e graus de complexidade do comprometimento das funções, levando em conta a Classificação Internacional de Funcionalidade (CIF) e a regulamentação do Poder Público.” (AC)*

Art. 3º. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

JUSTIFICATIVA

Este Projeto de Lei visa trazer mais equidade às pessoas com deficiência no mercado de trabalho e é apresentado a pedido da Associação dos Deficientes Físicos da Cidade de Vitória de Santo Antão/PE, trazido pelo Vereador Felipe César.

Tendo em vista a necessidade de atualização do texto da Lei nº 8.213/1991 aos fatos vivenciados por pessoas com deficiência, propomos o acréscimo de um novo parágrafo ao artigo 93, da mencionada Lei.





CÂMARA DOS DEPUTADOS

Gabinete do Deputado Eduardo da Fonte

A Lei nº 8.213/1991 traz disposições relativas ao Plano de Benefícios da Previdência Social, assim como outras providências concernentes aos direitos da pessoa com deficiência em relação ao trabalho.

Em seu art. 89 a Lei especifica a habilitação e a reabilitação profissional e social para proporcionar os meios para a (re)educação e a (re)adaptação profissional e social para pessoas incapacitadas parcial ou totalmente para o trabalho.

Da mesma forma, o art. 93 dessa Lei estabelece cotas para preenchimento de vagas empregatícias nas empresas por pessoas com deficiência ou reabilitadas pelo INSS, de acordo com a seguinte proporção: 2% em empresas com 100 até 200 empregados; 3% em empresas com 201 a 500 empregados; 4% em empresas com 501 a 1.000 empregados e 5% em empresas com 1.001 empregados em diante.

Assim, estamos propondo uma maneira de garantir que pessoas com os mais diferentes tipos de deficiência tenham oportunidades de emprego e obtenção de renda, necessários para a sua sobrevivência. Por essas razões, conto com o apoio dos nobres pares para a aprovação desta matéria.

Sala das Sessões, em 18 de agosto de 2021

Deputado EDUARDO DA FONTE
PP/PE

